

Por uma educação antirracista - Entrevista com Maria da Glória Calado

Portal Cenpec: Por que é importante discutir, compreender e reconhecer o racismo à brasileira e suas facetas na educação?

Maria da Glória Calado: O racismo à brasileira é fortemente alicerçado pelo mito da democracia racial, desse modo é fundamental que os educandos, educadores e pesquisadores debatam as diferentes facetas do racismo não somente na educação, mas também em toda a sociedade. É necessário olhar que a ideologia racista demarcou lugares subalternizados para pessoas negras; Para entender esse cenário, é só a gente dar uma espiada nas instituições financeiras, por exemplo: onde estão as mulheres e homens negros? Na limpeza, nos cargos de segurança, ao passo que muitos brancos estão em cargos de chefia nas corporações. Trata-se de um dado cotidiano que pode e deve ser observado no processo educacional. Muitas vezes, atitudes racistas são observadas entre estudantes ou até mesmo de educadores para estudantes. Um exemplo marcante disso está na pesquisa de Eliane Cavalleiro, *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. Entre outros dados, esse estudo revelou que a distribuição de contato físico entre educadoras(es) e crianças na educação infantil é diferente entre negras(os) e brancas(os), sendo que os primeiros recebem menos atenção. Fatos como esse revelam que as(os) próprias(os) educadoras(es) têm reproduzido práticas racistas, mesmo que de forma inconsciente, o que torna a educação efetivamente antirracista ainda mais urgente.

Portal Cenpec: Pode falar um pouco sobre a relação entre o mito da democracia racial e o racismo estrutural, e suas implicações para a educação e o currículo escolar?

Maria da Glória Calado: O racismo estrutural é uma herança colonial presente em diferentes estruturas da sociedade, a qual é mascarada pelas elites pelo mito da democracia racial. São grandes os desafios da educação antirracista na sociedade brasileira, na qual viceja a ideologia racista, que pode ser demonstrada em números concretos na educação, são os jovens negras(os) que mais evadem do ensino médio. A diferença de anos de estudo entre jovens brancas(os) e negras(os) é abissal. Apesar disso, a política de cotas, por exemplo, ainda é enxergada por muitos como uma busca por privilégios, não como uma reparação histórica. Tal pensamento é uma demonstração de uma das várias implicações do racismo estrutural para o âmbito educacional, que pode ser combatido quando é enxergado e debatido a partir do cotidiano.

Nesse contexto, é necessário problematizar o racismo em toda e qualquer oportunidade. Um exemplo - e dado revelador do racismo estrutural - está relacionado às vidas dos jovens negros que são ceifadas pela violência de Estado. Nascer negro já traz consigo um desafio a mais, ter que lutar pelo simples direito de ir e vir, luta pelo direito de permanecer vivo, um absurdo posto pela ideologia racista operante em todas as dimensões para as vidas dos brasileiros: de um lado, para uns, o privilégio da branquitude, o qual coloca sujeitos em posições de privilégios e como modelo de humanidade; já para a maioria as pessoas negras, fica a luta incessante por direito à vida, direito a ter direitos e a sonhar por uma vida digna... No entanto, onde ficam esses debates no meio escolar? Apenas recentemente temos visto essa temática aparecer em redações de vestibulares, cursinhos, mas, na educação básica, pouco se fala sobre branquitude, mito da democracia racial e racismo como estrutura, não como um fenômeno isolado.

Nesse contexto, portanto, é papel da educação básica demonstrar de forma interdisciplinar que o racismo ainda persiste em nossa sociedade, que as discriminações não são mitos tampouco invenções dos negros e, em especial, apontar caminhos para atitudes antirracistas. Na prática, nem todas as instituições escolares seguem esse caminho e terminam por não abordar a temática racial de acordo com os parâmetros da lei 10.639/03.

Portal Cenpec: Como o racismo estrutural se manifesta nas escolhas do que e de como ensinar na escola?

Maria da Glória Calado: Em primeiro lugar, é importante destacar que a escola sozinha não poderá operar milagres no combate ao racismo estrutural presente em toda sociedade, no entanto, ao lado disso, a escola também reflete a ideologia racista, muitas vezes reproduzindo preconceitos e discriminações interseccionadas de raça, gênero, classe, entre outras. Contudo, se entendemos a educação como uma aposta na construção de uma sociedade emancipatória numa perspectiva dialética, é nesse espaço mesmo onde podemos reproduzir preconceitos que também devemos travar a disputa por um outro currículo não eurocêntrico, não estandarizado e disseminar as contribuições dos povos africanos, indígenas que tantos legados nos deixaram tantas marcas significativas na nossa cultura, mas, que foram e ainda são silenciados na sociedade brasileira e cujo silenciamento tende a ser reforçado nos currículos escolares.

Não é por acaso que uma grande gama dos projetos pedagógicos das escolas ainda tratam as temáticas das contribuições dos povos africanos e indígenas em datas esporádicas tais como dia do indígena, dia da Consciência Negra, ao passo que durante todos os outros meses nos quais estão fora dessas datas comemorativas, não há projetos com os temas. Desse modo, observamos a operação de um currículo oculto, caracterizado pelos aspectos implícitos que influenciam diretamente na decisão sobre o que aprender no ambiente escolar. A compreensão do currículo

oculto é relevante para se verificar de que maneira as escolas contribuem para a reprodução de desigualdades sociais. Por exemplo, estudantes, mulheres ou aquelas(es) que são originárias(os) de famílias de classes baixas, ou que pertencem a categorias raciais ou étnicas consideradas inferiores recebem muitas vezes tratamento que cria e reforça autoimagens de inferioridade, bem como baixas aspirações e expectativas de si mesmo. Dessa maneira, o currículo deve ser disputado de forma coerente e antirracista e, para isso, são necessárias(os) profissionais devidamente preparadas(os) para isso.

Portal Cenpec: A valorização das culturas locais e das identidades pessoal e social das(dos) educandas(os) e educadoras(es) é um dos princípios que regem a legislação educacional brasileira. A lei 10.639/03 que altera a LDB, instituindo a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira, como uma das matrizes formadoras de nossa nacionalidade, segue esse caminho. Qual é a importância dessa lei na proposta de uma educação para as relações étnico-raciais?

Maria da Glória Calado: A lei 10.639/03 foi uma conquista dos movimentos sociais negros, que sempre tiveram a educação como bandeira de luta desde o início do século XX. Apesar da relevância e da representação de um avanço, é necessário destacar que mudanças legislativas não alteram sozinhas os espaços escolares tampouco a sociedade, dessa maneira, ainda há muito a ser feito no tocante à implementação da lei e, em especial, à formação de professores antirracistas. Pode-se dizer também que a lei rompe com um silenciamento ainda maior que acompanhava o tema em décadas anteriores.

Portal Cenpec: Em sua análise, há contradições entre essa lei e a BNCC? Pode falar um pouco a esse respeito?

Maria da Glória Calado: A BNCC não trouxe avanços significativos para a implementação da lei 10.639/03 por conta da ausência de práticas integradoras nos temas étnico-raciais. Além disso, observa-se que o documento está mais preocupado com as avaliações externas de ensino do que com a formação crítico-reflexiva dos educandos em alguns campos. Por exemplo, há sutilezas que são objetivos de crítica por parte dos movimentos sociais, a exemplo do fato de competências e habilidades ainda fazerem menção à palavra “escravos”, no lugar de reforçarem que os negros nessa situação eram pessoas escravizadas. Há críticos e estudiosos do tema que apontam a BNCC como elemento diluidor das questões raciais e de manutenção do mito da democracia racial. Em resumo, ao contrário da lei 10.639/03, a BNCC não trouxe rupturas que potencializem a educação antirracista.

Portal Cenpec: Quais são os principais desafios e entraves para a implementação dessa lei no currículo e nas práticas escolares? E quais os caminhos para que ela se torne realidade nas salas de aula?

Maria da Glória Calado: As situações cotidianas as quais os professores trazem à tona a necessidade de trabalhar com o combate às discriminações no interior da sala de aula. Nesse sentido, a dificuldade em romper o silêncio tende a continuar, por diversos motivos pela falta de formação consistente para enfrentar os conflitos latentes, pela necessidade de nós, educadores, sairmos da zona de conforto e lidar concretamente com as situações que nos são apresentadas, pela complexidade da ideologia racista internalizada nas nossas mentes e objetivadas em nossas ações, por sermos nós mesmos frutos de um constructo ideologia racista.

Desse modo, os principais desafios e entraves para essa lei no currículo e práticas escolares, bem como os caminhos para que ela se torne realidade nas salas de aula, estão vinculados com a formação de docentes e gestores. Ainda há uma invisibilidade sobre a temática etnorracial, indígena e de gênero em muitas faculdades de Pedagogia, situação que, aos poucos, apresenta transformações, mas ainda não suficientes para modificar o cenário. Por exemplo, seria fundamental que houvesse uma disciplina obrigatória sobre a educação antirracista nas licenciaturas e na Pedagogia, mas, na prática, a maioria das disciplinas são eletivas. A formação continuada é outro trajeto fundamental para os educadores, em todas as funções dentro das escolas.

Eu também acrescentaria a necessidade de se abordar uma gestão democrática e antirracista para as escolas, bem como a presença constante das pedagogias freireanas nas práticas pedagógicas, em especial a problematização do cotidiano, que pode levar à construção de críticas, desde o racismo no futebol até a presença do fenômeno nas mídias e na literatura, por exemplo. Ademais, as questões de gênero, raça e território não podem ser esquecidas, uma vez que vivenciamos opressões em formato de interseccionalidades, ou seja, sobrepostas. Em outras palavras, uma mulher negra e pobre sofre mais opressões do que uma mulher branca e de classe média, por exemplo. Outra forma de fortalecer a luta antirracista na educação é a continuidade de prêmios e pesquisas sobre o tema, a exemplo do “Prêmio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero”, do CEERT, e dos estudos sobre Pedagogia Hip-Hop e políticas públicas antirracistas para a educação.

Em suma, a luta por uma educação antirracista é longa, árdua, entretanto, ao abraçarmos a profissão de professores, não dá para cruzarmos os braços e irmos como o vai da valsa, é preciso balizar nossas ações na alteração da maior legislação educacional brasileira 9394/96 que torna obrigatória a contribuição dos povos africanos, afrobrasileiros e indígenas e fazer o nosso dever ético político, qual seja, no âmbito do contexto escolar trabalhar insistentemente e tenazmente pela implementação de Educação antirracista e transformadora, como diria Paulo Freire

se a educação não muda sozinha toda uma sociedade, desse modo essas práticas poderão contribuir na formação de educandos críticos, pensantes e antirracistas.

Sobre a entrevistada:

Maria da Glória Calado possui doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2013), mestrado em Psicologia pela Universidade São Marcos (2007), graduação em Psicologia pela Universidade São Marcos (1987) e em Pedagogia (2014). É educadora, psicóloga, pesquisadora no campo da educação e estuda as relações étnico-raciais na escola, inclusive com a participação no grupo de pesquisa "Raça, gênero, etnomatemática e culturas afro-brasileiras - relações étnico-raciais e diversidade de gênero na construção de uma epistemologia afrobrasileira e feminista nas escolas públicas de São Paulo", da Universidade de São Paulo. Atualmente, é professora do Centro Universitário Senac, professora convidada dos cursos de pós-graduação do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC-USP), psicóloga clínica e psicóloga voluntária no Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS), em São Paulo, e participante do núcleo de Relações Raciais do Conselho Regional de Psicologia (CRP-SP). Participante da Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio, do grupo de pesquisa Movimentos Sociais, Comunicação, Cultura e Território na América Latina (CELACC-USP) e do grupo Mães em Luto da Zona Leste, tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: lei 10.639; racismo; movimentos sociais; educação antirracista; intervenção curricular; e racismo e educação.